

Emendas saem, mas Lira sinaliza mudar pacote antes de votar

GABRIEL SABÓIA, CAMILA TURTELLI E BERNARDO LIMA
@globoemfoco.com.br

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou ontem mudanças nos projetos que fazem parte do pacote fiscal do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para que os textos sejam aprovados ainda este ano. Mesmo com a publicação de uma portaria liberando o pagamento de emendas parlamentares bloqueadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), congressistas ainda não demonstram disposição em avançar com a tramitação das medidas. Para Lira, o governo ainda não tem votos e há questões de mérito a serem resolvidas.

O acerto é que não tem votos. O assunto é polêmico, o BPC (Benefício de Prestação Continuada) é polêmico, o abono é polêmico, o salário mínimo é polêmico. É um assunto que ferve, além de toda a insatisfação pelo não cumprimento de uma lei que foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República — disse Lira, ao chegar à Câmara.

Lira se referia a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que exigiu mais transparência em emendas mesmo após uma lei aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Lula buscar resolver essa questão. Ao liberar as emendas na semana passada, o STF impôs novas regras, que desagradaram a deputados e senadores. O governo tenta resolver o impasse com portarias e normas.

Mesmo com a portaria editada ontem, não está claro em qual prazo as verbas serão desbloqueadas e qual o valor liberado. Na semana passada, articuladores governistas falavam em um montante de R\$ 7,8 bilhões até o fim do ano.

O problema não é dinheiro, emenda ou portaria — disse Lira, lembrando que o PSOL não votou a favor das urgências dos dois projetos na semana passada. — Parte da Câmara acha que eles são inatingíveis. Há parlamentares de esquerda com dificuldade de votar.

CONTENÇÃO DE GASTOS

MUDANÇAS PARA VOTAÇÃO

Lira diz que não há votos para pacote fiscal e que projetos têm problemas de mérito



Divergências. Lira destacou que até mesmo partidos da base têm apresentado discordância em relação às soluções propostas no pacote

O governo tenta avançar pelo menos em dois projetos, entre eles o que prevê mudanças no salário mínimo. Outros três devem ficar para 2025, como a proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata do abono salarial (PIS/Pasep), a isenção no Imposto de Renda e as mudanças na Previdência dos militares.

TEMPO PARA O CONSENSO

Em caráter reservado, líderes da base chegam a dizer que os projetos "subiram no telhado"

neste ano, não apenas pela insatisfação em relação ao não pagamento das verbas que os parlamentares destinam para suas bases eleitorais, mas pela falta de tempo hábil até o início do recesso. Lideranças governistas têm repetido que o governo tem até o dia 22 para votar as propostas, que é quando começa o recesso parlamentar. Até lá, são menos de dez dias úteis para votar propostas na Câmara e no Senado. Ontem, Lira indicou dois relatores: Isnaldo Bulhões (MDB-

MG) vai tratar do projeto sobre salário mínimo e BPC, e Atila Lira (PP-AL) ficará com a proposta com gatilhos para o arcabouço fiscal.

— O primeiro problema é de mérito. Depois, todo esse contencioso que está havendo e não é escondido entre as decisões do Supremo, as votações do Congresso e decisões do Poder Executivo. Isso precisa ser solucionado — disse Lira.

Mas ele ressaltou que a indicação de relatores irá ajudar na tramitação:

— Temos tempo para construir consensos. São temas de muita discussão. O texto que veio do governo tem recebido muitas críticas. Ou ser abaixo da expectativa do mercado ou acima dos interesses sociais. A gente tem que encontrar o equilíbrio para isso.

ORÇAMENTO E REFORMA

Na frente da fila do que deve ser votado em duas semanas estão a Reforma Tributária e o Orçamento de 2025 — nesse caso, nem a Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO) do ano que vem foi aprovada.

— O pacote de gastos, eu estou achando que o tempo é muito exiguo para se adequar ao Orçamento futuro de 2025, que já está sendo elaborado — disse o relator do Orçamento de 2025, senador Ângelo Coronel (PSD-BA).

A equação dificulta inclusive a boa vontade dos presidentes das Casas em avançar com os pacotes. Enquanto não vê a possibilidade de ter votos suficientes para avançar na Câmara, Lira pautou um pacote de projetos sobre segurança pública, como um aceno aos parlamentares de oposição. Já no Senado, a intenção nesta semana é avançar com a Reforma Tributária.

MERCADO É 'ATOR DA VIDA'

O líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA), por sua vez, disse considerar "difícil" a votação completa do pacote ainda em 2024. Segundo ele, o pacote completo de medidas não deve ser votado por completo, nem mesmo se o pagamento de emendas parlamentares for regularizado esta semana.

— Acho muita coisa para ser votada. Quem pauta é o presidente, não posso dizer o que fica de fora, mas acho muita coisa para pouco tempo — afirmou o líder.

Ontem, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse que medidas do governo para desativar o pagamento de emendas parlamentares devem contribuir para reduzir a tensão no ambiente político.

— Tem um esforço de votação agora no fim do ano — disse o secretário em evento da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).

Durigan afirmou ainda que a proposta de corte de gastos resultou de uma percepção do que é "possível dentro de um governo democrático, com vários partidos". Diferentemente de outros integrantes do governo petista, ele evitou criticar o mercado financeiro:

— Para além da resposta ao mercado, que é devida, o mercado é um ator da vida concreta brasileira. (Colaborou Lauriberto Pompeu)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 15